

“O Projeto Político Pedagógico e a Construção da Autonomia Curricular: Desafios para Professores do Ensino Médio Integral em Tempo Integral em Joinville/SC”

Leiri Aparecida Ratti

120ª Defesa:

25 de maio de 2020

Membros da Banca Examinadora:

Profa. Dra. Jane Mery Richter Voigt (Orientadora/UNIVILLE)

Profa. Dra. Graziella Souza dos Santos (UFSC)

Profa. Dra. Silvia Sell Duarte Pillotto (UNIVILLE)

RESUMO

Considerando a globalização neoliberal e seus efeitos sobre as políticas educacionais, novas reformas curriculares têm sido implementadas. Para investigar uma dessas políticas curriculares, o Ensino Médio Integral em Tempo Integral – EMITI, uma parceria entre a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina e o Instituto Ayrton Senna – IAS, decorrente da política pública de reformulação do Ensino Médio introduzida pela Lei n. 13.415/2017, se desenvolveu a presente investigação, na linha de pesquisa de Políticas e Práticas Educativas do Programa de PósGraduação em Educação - Mestrado em Educação da Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE. Diante deste contexto, surgiu a seguinte questão de pesquisa: Qual a possibilidade de construção da autonomia curricular pelos professores que atuam no Ensino Médio Integral em Tempo Integral, no processo de (re) elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico das Escolas de Educação Básica contempladas com o programa? Desta forma, o objetivo deste estudo foi investigar a construção da autonomia curricular do professor no processo de (re) elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola de Educação Básica contemplada com o Ensino Médio Integral em Tempo Integral. Esta dissertação abarca aspectos teóricos relacionados às políticas curriculares, em meio ao movimento da globalização, os novos modos de ação do Estado, aspectos ressaltados por autores como: Ball (2005, 2011) e Dale (2010). Sobre os estudos teóricos relacionados ao Currículo, Autonomia Curricular, políticas curriculares e como elas têm sido afetadas pela globalização, utiliza-se os trabalhos de Morgado (2000, 2002, 2011, 2013), Pacheco (2008), Sacristán (2013) e Apple (2011). Voigt (2018), Leite (2002) e Veiga (2002), que apresentam reflexões sobre a importância de um projeto para a escola nos contextos locais. Para responder à proposta, a metodologia de pesquisa, de abordagem qualitativa, ancorada em autores como Morgado (2000), Gatti (2013) e Ludke e André (1986), contou com a aplicação de questionário com questões abertas e fechadas aos professores do Ensino Médio Integral em Tempo Integral das escolas de Joinville-SC contempladas com o programa. As análises dos questionários aplicados, foram realizadas com base em eixos definidos a priori, são eles: As análises implicam no diálogo com o referencial teórico, as orientações dos órgãos superiores e seus encadeamentos. Os resultados revelaram a existência de tensões com relação à (re) elaboração do PPP e à construção da autonomia curricular. A participação parcial do corpo docente, na (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico, abordada no primeiro eixo, implica no comprometimento da construção da autonomia curricular, visto que a definição de metas e objetivos para a instituição de

ensino pesquisada, especificamente para o Ensino Médio Integral em Tempo Integral, considerando o contexto escolar, pode ignorar os pressupostos específicos do programa. Neste sentido, de acordo com o segundo eixo que abarca questões relacionadas à construção da autonomia curricular no planejamento docente, individual e coletivo, infere-se que desafios enfrentados pelos docentes no desenvolvimento de sua práxis, sofre influência das prescrições dos materiais disponibilizados pelo IAS, especificamente os Cadernos de Sistematização, e do controle regulatório. Estas condições caracterizam o expressivo grau prescritivo dos materiais didáticos utilizados, o que implica em fragilidades para a construção da autonomia curricular no trabalho pedagógico, contemplado no terceiro eixo. O desafio dos professores é a participação na construção do PPP e nas decisões curriculares, visto que as prescrições e a centralidade nas decisões dos órgãos superiores impedem o desenvolvimento das práticas curriculares com base nos princípios de autonomia e flexibilidade, e conseqüentemente a efetivação da autonomia curricular do professor. **Palavras-chave: Políticas Curriculares. Projeto Político Pedagógico. Autonomia Curricular. Ensino Médio Integral em Tempo Integral.**